

CONTAS PÚBLICAS

Inflação eleva teto de gastos

Estimativa maior para o IPCA usada na proposta orçamentária cria espaço de R\$ 24 bilhões para despesas em 2023

O espaço para aumento de despesas do governo em 2023 poderá superar em mais R\$ 24 bilhões o valor que vem sendo negociado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, de cerca de R\$ 200 bilhões. O cálculo é do economista-chefe da XP, Caio Megale.

A diferença ocorre porque a estimativa de inflação utilizada no projeto de Orçamento do ano que vem é maior do que a taxa esperada atualmente. Se o indicador não for atualizado, o limite para as despesas do governo ficará defasado, permitindo uma gordura extra de gastos da ordem de R\$ 24 bilhões.

O teto de gastos é uma regra que limita o crescimento das despesas do governo, em cada ano, à variação da inflação oficial, o IPCA. Porém, enquanto o projeto do Orçamento de 2023 foi feito com uma previsão de 7,2% para o IPCA deste ano, a taxa efetivamente esperada pelo mercado tem oscilado entre 5,8% e 6%.

Essa defasagem aumenta, na prática, o valor do teto de gastos de 2023. Sem a correção do índice, o espaço para gastar em 2023 se soma à licença de R\$ 198 bilhões que o anteprojeto da PEC, encaminhado pelo PT, abre no Orçamento para novas despesas. Megale afirma que o Congresso deveria fazer o ajuste da inflação já na votação da lei orçamentária, prevista para dezembro.

O problema da correção do teto de gastos surgiu quando o governo Bolsonaro e o Congresso mudaram a forma de correção da regra fiscal na chamada PEC dos Precatórios para gastar mais em 2022, ano de eleições. O teto era

Valério Ayres/CB



Pela lei, cabe ao Congresso ajustar o Orçamento ao índice oficial de preços, mas há dúvidas se isso deve ser feito no próximo ano ou em 2024

corrigido pela inflação de 12 meses até junho. Com a PEC dos Precatórios, a regra passou a ser a inflação do ano cheio. Como o Orçamento costuma ser votado no ano anterior, o resultado da inflação de 2022 ainda não está fechado.

Para ajustar essa defasagem, o Ministério da Economia é obrigado a enviar à Comissão Mista de Orçamento (CMO) mensalmente as novas estimativas. O relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), não é obrigado a fazer o ajuste agora.

Consultores do Congresso ouvidos pela reportagem afirmam que há dúvida se o ajuste deverá ser feito ao longo do exercício ou só no ano seguinte.

Para os negociadores do governo de transição, no entanto, o texto é claro ao dizer que ajuste é feito no ano seguinte ao exercício do Orçamento. Isso significa que, em 2024, o limite do teto de gastos ficaria R\$ 24 bilhões menor, comprimindo novamente o espaço das despesas depois da alta prevista para 2023. Esse seria

mais um incentivo, na avaliação dos consultores, para o governo não postergar a revisão do arcabouço fiscal.

Megale, no entanto, não vê dessa forma. Ele alerta, inclusive, que poderá estar havendo dupla contagem. É que, com a inflação esperada mais baixa, o governo eleito não precisaria reservar na conta da PEC um espaço para garantir um ganho real para o valor do salário mínimo, como negocia agora.

No entendimento do economista, os recursos previstos no

projeto de Orçamento já seriam suficientes para dar aumento real do salário mínimo, que é atrelado ao INPC. A reserva feita na PEC para dar o ganho do mínimo é de R\$ 6,4 bilhões. “A nossa suspeita é de que não vão incorporar na última hora no Orçamento”, diz Megale. Segundo ele, a Constituição deixa uma brecha para que o IPCA de dezembro possa ser estimado pelo Congresso. “A minha impressão é de que podem estimar um IPCA alto”, completa.

STF evita perda para União

A União saiu vencedora no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que mais poderia impactar os cofres federais no próximo ano. O plenário virtual do STF concluiu, na madrugada de sábado, que as leis do PIS e da Cofins podem limitar os fatos geradores de créditos, evitando uma perda na arrecadação dos tributos que poderia chegar a R\$ 472,7 bilhões.

O relator, Dias Toffoli, preferiu voto favorável à União e foi seguido pelos demais ministros, com exceção de Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Na ação, a Unilever argumentava que a Constituição autoriza essas leis a disciplinarem apenas os setores que devem ter PIS/Cofins não cumulativo.

As empresas podem obter créditos tributários no regime de apuração de PIS/Cofins não cumulativo. Cada membro da cadeia produtiva paga os impostos, mas ganha crédito sobre as aquisições de insumos para evitar a cobrança de tributo sobre tributo. Mas ainda há uma discussão sobre o que pode ser considerado insumo.

Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou instruções normativas da Receita Federal que consideravam insumos apenas os materiais diretamente conectados ao produto final. A Corte decidiu que o conceito abrange toda despesa essencial e relevante para a empresa.

Mercado deve ser respeitado, diz BC

Após as reações negativas do mercado à indefinição do plano econômico do governo eleito, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem, que o mercado não é de direita e nem de esquerda. “O mercado é uma engrenagem de preços. E o preço do mercado é importante porque diz como, onde e quando alocar os recursos”, afirmou, ao participar de evento organizado pelo grupo de empresários Esfera Brasil, no Guarujá, em São Paulo.

Campos Neto voltou a mencionar o episódio da renúncia da primeira ministra britânica Liz Truss, após pouco mais de um mês na função, para reforçar a importância de os governos respeitarem regras econômicas. A então premiê deixou o cargo após endossar um plano de corte de impostos e aumento de endividamento público que foi mal recebido pelo mercado e fez a libra despencar.

O presidente do BC repetiu que, pela primeira vez, o mercado tratou a Inglaterra da mesma forma como trata países emergentes, como o Brasil. “O evento da Inglaterra quebrou vários paradigmas sobre o mercado. A gente viu a desorganização de preços que ocorreu na velocidade que ocorreu, por um tema fiscal muito parecido. Foi a primeira vez que um mercado desenvolvido, com muita liquidez, perdeu a liquidez da mesma forma que emergentes perdem”, afirmou.

O dirigente da autoridade monetária reforçou que houve um gasto público global muito alto durante a pandemia da covid-19, o que provocou um crescimento acentuado da dívida dos governos, e alertou que há uma discussão sobre como se chegar a um equilíbrio fiscal de longo prazo enquanto ainda é necessário atender a área social.

“A preocupação em relação à inflação no mundo vai diminuir um pouco, mas é preciso haver coordenação entre as políticas



O mercado é uma engrenagem de preços. E o preço do mercado é importante porque diz como, onde e quando alocar os recursos”

Roberto Campos Neto,
presidente do
Banco Central

monetária e fiscal. Você não quer estar subindo os juros de um lado e de outro o fiscal se expansivo, porque no final você entra em trajetória de colisão”, avaliou. Na palestra, Campos Neto argumentou ainda que muitas reformas feitas nos últimos anos deixaram um legado, afetando a oferta. “Precisamos entender que juros não são causa, são consequência. Nenhum banqueiro central quer ter juros altos, a gente quer ter juros baixos”, reiterou.

Desafio

Para o presidente do BC, o crescimento sustentável resume o grande desafio para a economia, sob vários ângulos. “Precisamos trazer isso para a nossa agenda. A gente precisa democratizar o sistema financeiro, gerar inclusão e educação financeira. E fizemos várias reformas no mercado de capitais”, reafirmou. “A gente precisa colocar tecnologia para reduzir barreiras de entrada no sistema financeiro. A gente precisa avançar em sustentabilidade climática”, completou.

VANTER COPA...
E VANTER FESTA DOS COLUNISTAS...
2022
EU TE AMO

1 DE DEZEMBRO

UNIQUE PALACE EVENTOS
SCES TRECHO.02, CONJ.42

Início: 20h30

Entrega dos prêmios: 22h00

Show: Banda Magoo

ADESÕES:

(61) 9.8170-5385

(61) 3964-1041

Realização:

Apoio:

Patrocínio:

LEI Nº 5.439 - GDF